

RENATO MARCÃO

Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Doutorando em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra. Mestre em Direito Penal, Político e Econômico.

Professor convidado no curso de pós-graduação em Ciências Criminais da Estácio/CERS; e em cursos de pós-graduação promovidos por diversas Escolas Superiores do Ministério Público e da Magistratura Nacional.

Membro da *Association Internationale de Droit Pénal* (AIDP), do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), do Instituto de Ciências Penais (ICP) e do Instituto Brasileiro de Execução Penal (IBEP).

E-mail: rmarcao@terra.com.br

CURSO DE PROCESSO PENAL

6ª edição

Revista, ampliada e atualizada de acordo com as
Leis n. 13.769 e 13.772, de 2018, e 13.827, 13.836, 13.869,
13.871, 13.964 e 13.967, de 2019

2020



saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseducacao.com.br

Marcão, Renato

Curso de Processo Penal / Renato Marcão. – 6. ed. – São
Paulo : Saraiva Educação, 2020.
1.344 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1402-8 (impresso)

J. Processo penal 2. Processo penal – Jurisprudência - Bra-
síl 1. Título.

20-0100

CDD 340

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
**Gerência de produção
e planejamento** Ana Paula Santos Matos
**Gerência de projetos e
serviços editoriais** Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Marisa Amaro dos Reis

Produção editorial Fernanda Matajcs (coord.)
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Amanda Mota Loyola
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Breno Lopes de Souza
Josiane de Araujo Rodrigues
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraíso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias

Diagramação e revisão Kalima

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Direito penal 343.1

Data de fechamento da edição: 6-1-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606078 CAE 705878

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	49
---------------------------	----

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

1. Conceito de Direito	51
2. Origem e Missão do Direito Penal	52
3. Breve Desenvolvimento Histórico da Pena Criminal.....	53
4. Necessidade de Regras Procedimentais Democráticas	55
5. Direito de Punir	56
6. Jurisdição	57
7. Processo.....	58
8. Procedimento	59
9. Atos Processuais	59
10. Relação Jurídica Processual.....	60
11. Direito Processual Penal	61
12. Finalidades do Processo Penal.....	61
13. Princípios do Processo Penal	62
13.1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	64
13.2. Princípio da legalidade.....	64
13.3. Princípio do devido processo legal.....	65
13.4. Princípio da oficialidade	66
13.5. Princípio do juiz natural	66
13.6. Princípio do promotor natural	68
13.7. Princípios da obrigatoriedade, indisponibilidade, oportunidade ou conveniência e disponibilidade.....	68
13.8. Princípio da publicidade	70
13.9. Princípio acusatório e princípio da iniciativa das partes	72
13.10. Princípio do impulso oficial.....	72

13.11. Princípios da indeclinabilidade da jurisdição e da correlação	73
13.12. Princípio da igualdade processual.....	73
13.13. Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	74
13.14. Princípios da celeridade e economia processual	77
13.15. Princípios da duração razoável do processo e da prisão cautelar	78
13.16. Princípio da verdade real	79
13.17. Princípios da presunção de inocência e <i>favor rei</i>	80
13.18. Princípio da imparcialidade do juiz	83
13.19. Princípio da fundamentação das decisões judiciais.....	83
13.20. Princípio da persuasão racional ou do livre convencimento fundamentado ...	85
13.21. Princípio <i>ne bis in idem</i>	86
14. Sistemas de Processo Penal	86
14.1. Classificação	86
14.1.1. Sistema inquisitivo.....	87
14.1.2. Sistema acusatório	87
14.1.3. Sistema misto.....	88
14.2. Sistema adotado no Brasil.....	88

CAPÍTULO 2

JUIZ DAS GARANTIAS

1. Juiz das Garantias.....	91
1.1. Competência	93
1.1.1. Controle imediato de legalidade da prisão	93
1.1.2. Controle de legalidade da instauração, continuação e duração da investigação criminal.....	95
1.1.3. Decidir sobre decretação e prorrogação de medidas cautelares	96
1.1.4. Decidir sobre produção antecipada de provas	97
1.1.5. Decidir sobre meios de obtenção de provas.....	98
1.1.6. Julgar <i>habeas corpus</i>	99
1.1.7. Decidir sobre a instauração de incidente de insanidade mental.....	101
1.1.8. Decidir sobre o recebimento da denúncia ou queixa.....	102
1.1.9. Decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal	103
1.1.10. Decidir sobre outros temas.....	104
1.2. Cessaçãõ da competência.....	106
1.3. Remessa dos autos ao juiz da instrução e julgamento.....	107
1.4. Observações finais	109

CAPÍTULO 3

FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL E INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. Fontes do Direito Processual Penal.....	111
1.1. Conceito.....	111

1.2. Classificação.....	111
1.3. Fontes materiais	112
1.4. Fontes formais	112
1.5. Doutrina, jurisprudência e analogia	114
2. Interpretação da Lei Processual Penal	114
2.1. Espécies de interpretação.....	116
2.2. Interpretação autêntica	116
2.3. Interpretação doutrinária.....	117
2.4. Interpretação judicial.....	117
2.5. Interpretação gramatical ou literal	117
2.6. Interpretação lógica ou teleológica.....	118
2.7. Interpretação histórica	118
2.8. Interpretação sistemática	118
2.9. Interpretação declarativa, restritiva e extensiva.....	118
3. Analogia e Interpretação Analógica.....	119
4. Diferença entre Interpretação Extensiva e Analogia.....	120

CAPÍTULO 4

LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

1. Noções Introdutórias.....	121
2. Lei Processual Penal no Espaço	121
3. Atos de Cooperação Internacional	122
4. Leis de Organização Judiciária.....	123
5. Lugar da Infração Penal.....	123
6. Tratados, Convenções e Regras de Direito Internacional	123
7. Tensão entre Regras Dispostas em Tratados Internacionais e o Direito Interno.....	126
8. Regras sobre Proteção a Direitos Humanos	126
9. Crimes de Responsabilidade Praticados pelo Presidente da República, Ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal	127
10. Imunidades Parlamentares.....	127
10.1. Imunidades parlamentares durante o estado de sítio.....	131
11. Imunidade Diplomática/Consular.....	131
12. Processos de Competência da Justiça Militar.....	132
13. Processos da Competência de Tribunal Especial.....	133
14. Processos por Crimes de Imprensa.....	133
15. Aplicação Subsidiária do CPP.....	134

CAPÍTULO 5

LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO

1. <i>Vacatio Legis</i> e Vigência	135
2. Revogação	136

3. Repristinação.....	136
4. Princípio Tempus Regit Actum e Princípio da Incidência Imediata.....	136
5. Norma de Natureza Mista.....	137

CAPÍTULO 6

INQUÉRITO POLICIAL

1. Persecução Penal.....	139
2. Polícia Judiciária	140
3. Inquérito Policial.....	142
3.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica	142
3.2. Destinatários.....	144
3.3. Características do inquérito policial.....	144
3.3.1. Oficialidade.....	144
3.3.2. Autoridade	145
3.3.3. Oficiosidade.....	145
3.3.4. Obrigatoriedade	145
3.3.5. Materialização na forma escrita.....	146
3.3.6. Ausência de <i>ampla</i> defesa e contraditório <i>pleno</i>	146
3.3.6.1. Servidores investigados	149
3.3.7. Indisponibilidade.....	150
3.3.8. Sigiloso.....	151
3.3.8.1. Organização criminosa	155
3.3.9. Procedimento prescindível.....	155
3.3.10. Função asseguradora.....	156
4. Competência	157
5. Valor Probatório	159
6. Vícios ou Irregularidade no Inquérito Policial	160
7. Instauração do Inquérito.....	162
7.1. Justa causa para instauração de inquérito.....	164
7.2. <i>Notitia criminis</i>	166
7.3. <i>Delatio criminis</i>	167
7.3.1. Formas de delação	168
7.3.2. Delação anônima.....	168
7.4. Instauração visando à apuração de delito de ação penal pública incondicionada ...	170
7.5. Instauração a requerimento do ofendido.....	171
7.6. Instauração para apuração de delito de ação penal pública condicionada.....	172
7.6.1. Delito de ação penal pública condicionada à representação	173
7.6.1.1. Representação do ofendido	173
7.6.1.2. Retratação da representação	174

7.6.2. Delito de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	174
7.6.2.1. Destinatário da requisição do Ministro da Justiça	174
7.6.2.2. Requisição ministerial <i>versus</i> requisição ministerial.....	175
7.6.3. O Ministério Público pode requisitar instauração de inquérito de ação penal pública condicionada?.....	175
7.7. Instauração visando à apuração de delito de ação penal privada	176
7.8. Instauração em razão de flagrante delito.....	176
7.9. Instauração de inquérito para apuração de infração penal de menor potencial ofensivo	177
8. Diligências	177
8.1. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal.....	179
8.2. Preservação do local	179
8.3. Apreensão e coleta de vestígio.....	181
8.3.1. Busca e apreensão realizada em escritório de advocacia	182
8.4. Oitiva do ofendido	184
8.5. Identificação e oitiva do investigado.....	185
8.5.1. Oitiva de investigado menor de 21 anos	188
8.5.2. Oitiva do investigado no auto de prisão em flagrante	188
8.6. Reconhecimento de pessoas e coisas	189
8.6.1. Reconhecimento fotográfico.....	189
8.7. Acareações.....	190
8.8. Exame de corpo de delito e outras perícias.....	191
8.9. Averiguação da vida progressa do investigado	192
9. Oitiva de Testemunhas	193
10. Depoimento Especial: Oitiva de Criança ou Adolescente, Vítima ou Testemunha de Violência.....	194
11. Reprodução Simulada dos Fatos.....	196
12. Interceptação Telefônica.....	198
12.1. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	201
12.2. Acesso a mensagens de WhatsApp.....	202
13. Leis Especiais	202
13.1. Lei Maria da Penha	202
13.1.1. Representação da ofendida.....	205
13.2. Lei de Drogas.....	206
13.3. Lei de Combate ao Crime Organizado	206
13.4. Crime contra a dignidade sexual de criança e adolescente	207
13.5. Lei n. 13.344/2016 (Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas).....	209
13.5.1. Sobre o art. 13-A do CPP	209

13.5.2. Sobre o art. 13-B do CPP	211
14. Incomunicabilidade.....	213
15. Indiciamento.....	214
15.1. Lei n. 9.034/95 (Lei de Combate ao Crime Organizado).....	215
15.2. Lei n. 9.613/98 (Crimes de Lavagem de Dinheiro).....	216
15.3. Lei n. 12.037/2009 (Regula a Identificação Criminal)	216
15.4. Membros do Ministério Público, da Magistratura e da Defensoria Pública	218
15.5. Indiciamento tardio	218
16. Prazo para Conclusão do Inquérito.....	220
16.1. Prazos especiais.....	221
16.2. Contagem do prazo.....	221
16.3. Prorrogação do prazo	223
16.3.1. Investigado preso.....	223
16.3.2. Investigado solto.....	224
16.3.3. O Ministério Público e o pedido de prorrogação de prazo.....	224
16.3.4. O juiz frente ao pedido de prorrogação de prazo	225
17. Materialização e Encerramento do Inquérito	226
17.1. Conteúdo do relatório	226
18. Remessa do Inquérito Relatado ao Juiz Competente.....	228
19. Outras Formas de Investigação	228
19.1. Termo circunstanciado	229
19.2. CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito	229
19.3. Investigação conduzida pelo Ministério Público.....	232
19.3.1. Crítica.....	238
19.4. Investigação de delito praticado por parlamentar.....	239
19.5. Delito cometido nas dependências do Congresso Nacional.....	241
19.6. Investigação de delito praticado por membro do Ministério Público ou por magistrado.....	241
19.6.1. Investigação de delito praticado por membro do Ministério Público.....	241
19.6.2. Investigação de delito praticado por magistrado.....	241
19.7. Inquérito policial militar.....	242
20. Controle Externo da Atividade Policial	242

CAPÍTULO 7

O MINISTÉRIO PÚBLICO E O OFENDIDO, FRENTE AO INQUÉRITO POLICIAL RELATADO

1. O Ministério Público e o Inquérito Policial Relatado	243
1.1. Prazo para manifestação do Ministério Público.....	243
1.2. Requisição de novas diligências	243
1.3. Pedido de extinção da punibilidade.....	245

1.4. Pedido de remessa dos autos a outro juízo	245
1.5. Pedido de remessa dos autos a outro Promotor de Justiça	245
1.6. Promoção de arquivamento do inquérito.....	246
1.7. Acordo de não persecução penal	247
1.7.1. Homologação do acordo.....	249
1.7.2. Descumprimento do acordo.....	250
1.7.3. Registros oficiais.....	251
1.8. Oferecimento de denúncia.....	252
1.9. Delito de ação penal privada	252
2. O Ofendido e o Inquérito Policial Relatado	253
2.1. Delito de ação penal privada exclusiva.....	253
2.2. Delito de ação penal pública	254
3. Arquivamento do Inquérito	255
3.1. Arquivamento implícito.....	256
3.2. Arquivamento indireto.....	257
3.3. A instância de revisão ministerial frente à promoção de arquivamento	257
3.3.1. Arquivamento em grau de competência originária.....	258
4. Desarquivamento ou Reabertura de Inquérito.....	258
5. Ajuizamento de Ação Penal	260

CAPÍTULO 8

AÇÃO PENAL

1. Perspectiva Histórica da Pena Criminal e do Direito de Ação	261
2. Fundamento Constitucional do Direito de Ação	262
3. Conceito.....	262
4. Natureza e Características.....	263
5. Classificação das Ações Penais.....	263
6. Condições da Ação no Processo Penal.....	265
6.1. Condições genéricas da ação	266
6.1.1. Possibilidade jurídica do pedido	266
6.1.2. Legitimação <i>ad causam</i>	267
6.1.3. Interesse de agir	268
6.2. Condições específicas ou de procedibilidade.....	270
6.3. Justa causa para a ação penal	271
7. Das Ações Penais	271
7.1. Da ação penal pública	272
7.1.1. Ação penal pública incondicionada	273
7.1.1.1. Titularidade.....	273
7.1.1.2. Princípios	274
7.1.1.2.1. Princípio da oficialidade.....	275

7.1.1.2.2. Princípio da oficiosidade	276
7.1.1.2.3. Princípio da obrigatoriedade	276
7.1.1.2.4. Princípio da indisponibilidade ou indesistibilidade....	278
7.1.1.2.5. Princípio da indivisibilidade.....	279
7.1.1.2.6. Princípio da intranscendência	280
7.1.2. Ação penal pública condicionada.....	280
7.1.2.1. Ação penal pública condicionada à representação do ofendido...	280
7.1.2.1.1. Quem pode formular representação	281
7.1.2.1.2. A representação: natureza jurídica e forma	282
7.1.2.1.3. Prazo e destinatários da representação.....	284
7.1.2.1.4. Retratação da representação	286
7.1.2.1.5. Retratação da retratação	286
7.1.2.1.6. Renúncia ao direito de representação.....	287
7.1.2.1.7. Eficácia objetiva e não vinculação	287
7.1.3. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	287
7.1.3.1. Requisição do Ministro da Justiça.....	287
7.1.3.2. Prazo para a requisição e conteúdo	288
7.1.3.3. Retratação da requisição.....	289
7.1.3.4. Eficácia objetiva	290
7.1.3.5. Destinatários da requisição.....	290
7.1.3.6. Não vinculação do Ministério Público	291
7.1.4. Ação penal privada.....	291
7.1.4.1. Princípios que regem a ação penal privada	293
7.1.4.1.1. Princípio da oportunidade ou conveniência	293
7.1.4.1.2. Princípio da disponibilidade	293
7.1.4.1.3. Princípio da intranscendência	293
7.1.4.1.4. Princípio da indivisibilidade	294
7.1.4.2. Quem pode formular queixa-crime.....	295
7.1.4.3. Queixa-crime; querelante e querelado; conteúdo, prazo e destinatário.....	296
7.1.4.4. O Ministério Público e o art. 19 do CPP	297
7.1.4.5. Procurador com poderes especiais	298
7.1.4.6. Ação penal privada exclusiva e ação penal privada personalíssima	299
7.1.4.7. Ação penal privada subsidiária da pública.....	300
7.1.4.8. Renúncia ao exercício do direito de queixa	302
7.1.4.9. Perdão do ofendido.....	303
7.1.4.10. Perempção.....	306
7.1.4.11. Intervenção fiscalizadora do Ministério Público nas ações penais privadas	307

8. Causas de Extinção da Punibilidade	308
9. Custas Processuais, Taxa Judiciária e Sucumbência.....	308

CAPÍTULO 9
PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO PENAL:
DENÚNCIA OU QUEIXA-CRIME

1. Noções Preliminares e Conceito.....	311
2. Requisitos da Denúncia ou Queixa.....	311
2.1. Endereçamento.....	312
2.2. Exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias.....	312
2.2.1. Denúncia ou queixa no concurso de agentes.....	315
2.3. Qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo .	319
2.4. Classificação do delito.....	319
2.5. Pedido de condenação.....	320
2.6. Rol de testemunhas	321
2.7. Deve ser escrita na língua oficial.....	321
2.8. Indicação do local e data de sua elaboração.....	322
2.9. Identificação do subscritor	322
2.10. Assinatura	322
2.11. Infração cuja pena máxima cominada seja superior a 6 (seis) anos de reclusão	323
3. Prazos	323
3.1. Prazo para o oferecimento da denúncia	323
3.2. Prazo para o oferecimento da queixa.....	324
3.3. Prazos para aditamento da denúncia ou queixa	325
4. Rejeição e Recebimento da Denúncia ou Queixa.....	326

CAPÍTULO 10
AÇÃO CIVIL EX DELICTO

1. Introdução.....	327
2. Execução Civil da Sentença Penal Condenatória.....	327
2.1. Revisão criminal e suas consequências	329
2.2. Sentença que concede perdão judicial	329
2.3. Sentença de absolvição imprópria	329
2.4. Sentença que reconhece prescrição	329
3. Ajuizamento das Ações Civil e Penal de Conhecimento.....	330
4. Causas de Exclusão da Antijuridicidade.....	332
5. Independência das Jurisdições Penal e Civil.....	333
6. Legitimidade Ativa.....	334
7. Legitimidade Passiva	336
8. Competência Jurisdicional e Prazo Prescricional	337

CAPÍTULO 11

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Introdução.....	339
2. Jurisdição	340
2.1. Jurisdição penal e jurisdição extrapenal.....	341
2.2. Jurisdição especial e jurisdição comum ou ordinária	342
2.3. Jurisdição estadual e jurisdição federal.....	342
2.4. Jurisdição inferior e jurisdição superior	343
2.5. Jurisdição de primeiro grau e jurisdição de segundo grau	343
2.6. Jurisdição política ou extraordinária	343
2.7. Características e elementos da jurisdição	343
2.8. Princípios da jurisdição	344
2.8.1. Princípio da indeclinabilidade	345
2.8.2. Princípio da titularidade ou da inércia (<i>ne procedat iudex ex officio</i>).....	345
2.8.3. Princípio da investidura.....	345
2.8.4. Princípio do juiz natural, ou juiz competente.....	345
2.8.5. Princípio da indelegabilidade (<i>delegatus iudex non potest subdelegare</i>).....	346
2.8.6. Princípio da improrrogabilidade da jurisdição, ou princípio da aderência	346
2.8.7. Princípio da irrecusabilidade	347
2.8.8. Princípio da unidade	347
2.8.9. <i>Nulla poena sine iudicio</i>	347
2.8.10. Princípio da correlação.....	347
2.8.11. Princípio do duplo grau de jurisdição	348
3. Competência.....	348
3.1. Modalidades de competência	350
3.1.1. Competência interna e competência internacional.....	350
3.1.2. Competência absoluta e competência relativa.....	351
3.1.2.1. Prorrogação de competência	352
3.1.3. Competência funcional	353
3.1.4. Delegação de competência	354
3.2. Divisão constitucional de competências	356
3.2.1. Supremo Tribunal Federal	356
3.2.2. Superior Tribunal de Justiça	357
3.2.3. Tribunais Regionais Federais	358
3.2.4. Juízes Federais.....	359
3.2.5. Tribunais de Justiça Estaduais.....	360
3.2.5.1. Justiça Militar	360
3.3. Garantias dos juízes e vedações constitucionais.....	363
3.4. Regras de delimitação de competência no Código de Processo Penal.....	364

3.4.1. Competência pelo lugar da infração	364
3.4.1.1. Outras observações pertinentes	367
3.4.2. Competência pelo domicílio ou residência do réu.....	369
3.4.3. Competência em razão da natureza da infração	371
3.4.3.1. Desaforamento	373
3.4.3.2. Deslocamento de competência	373
3.4.3.3. Súmulas do STF e do STJ a respeito de competência em razão da natureza da infração	375
3.4.4. Competência por distribuição.....	379
3.4.5. Competência em razão de conexão ou continência	379
3.4.5.1. Conexão	380
3.4.5.1.1. Modalidades de conexão	381
3.4.5.2. Continência.....	384
3.4.5.3. Foro prevalente.....	386
3.4.5.3.1. Competência para avocar processo	390
3.4.5.4. Separação de processos.....	391
3.4.5.4.1. Separação obrigatória	391
3.4.5.4.2. Separação facultativa.....	392
3.4.5.5. Perpetuação da jurisdição (<i>perpetuatio jurisdictionis</i>)	394
3.4.6. Competência por prevenção.....	394
3.4.7. Competência originária ou por prerrogativa de função	397
3.4.7.1. Competência por prerrogativa de função na jurisdição política ..	402
3.4.7.2. Foro competente após o fim da investidura no cargo.....	403
3.4.7.3. Exceção da verdade oposta em relação a quem tem foro privilegiado	404
3.4.7.4. Competência por prerrogativa de função <i>versus</i> competência do Tribunal do Júri.....	406
4. Disposições Especiais.....	408

CAPÍTULO 12

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

1. Introdução.....	411
2. Das Questões Prejudiciais	412
3. Dos Procedimentos Incidentes	415
3.1. Das exceções.....	415
3.1.1. Exceção de suspeição.....	417
3.1.1.1. Oportunidades, modalidades e legitimidade.....	419
3.1.1.2. Forma, juiz competente, processamento e ataque recursal.....	421
3.1.1.3. Exceção de suspeição contra membro do Ministério Público.....	424
3.1.1.4. Exceção de suspeição contra perito; intérpretes, serventuários ou funcionários da justiça	426

3.1.1.5. Exceção de suspeição contra jurado.....	426
3.1.1.6. Exceção de suspeição contra delegado de polícia.....	427
3.1.1.7. Convalidação da nulidade que decorre da suspeição	428
3.1.2. Exceção de incompetência do juízo.....	428
3.1.2.1. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	428
3.1.2.2. Teoria do juízo aparente.....	431
3.1.3. Exceção de litispendência	432
3.1.3.1. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal	433
3.1.3.2. Litispendência e incompetência de juízo	434
3.1.3.3. Litispendência e inquérito policial	435
3.1.4. Exceção de ilegitimidade de parte.....	435
3.1.4.1. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal	436
3.1.5. Exceção de coisa julgada.....	437
3.1.5.1. Limites subjetivos e objetivos da coisa julgada.....	438
3.1.5.2. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal	439
3.1.6. Regras gerais sobre as exceções	440
3.2. Das incompatibilidades e impedimentos.....	441
3.3. Conflito de competência	443
3.3.1. Modalidades de conflito	445
3.3.2. Pressupostos e objeto do conflito.....	446
3.3.3. Legitimidade para suscitar o conflito	447
3.3.4. Conflito em sede de execução penal	447
3.3.5. Arguição, processamento e decisão.....	448
3.3.6. Competência para julgar conflito	450
3.3.7. Recurso contra decisão proferida em conflito de competência.....	451
3.3.8. Avocatória	451
3.3.9. Conflito de atribuições	452
3.4. Da restituição das coisas apreendidas	455
3.4.1. Bens que não comportam restituição	456
3.4.1.1. Direito do lesado ou de terceiro de boa-fé	457
3.4.2. Restituição pela autoridade policial.....	458
3.4.3. Restituição judicial. Procedimento	459
3.4.4. Coisa adquirida com os proventos da infração	460
3.4.5. Destinação dos objetos apreendidos	461
3.4.6. Ataque recursal.....	462
3.5. Das medidas assecuratórias	462

3.5.1. Sequestro	463
3.5.1.1. Bens que podem ser sequestrados	463
3.5.1.2. Momento da decretação	465
3.5.1.3. Requisitos	465
3.5.1.4. Juiz competente e legitimação ativa	466
3.5.1.5. Procedimento.....	467
3.5.1.6. Ataque recursal	467
3.5.1.7. Cabimento de embargos e competência para julgamento.....	467
3.5.1.8. Levantamento do sequestro	469
3.5.2. Especialização de hipoteca legal.....	470
3.5.2.1. Requisitos	470
3.5.2.2. Bens sujeitos à hipoteca legal.....	471
3.5.2.3. Legitimação ativa. Quem pode requerer?.....	471
3.5.2.4. Momento em que pode ser requerida.....	471
3.5.2.5. Requerimento e procedimento	472
3.5.2.6. Ataque recursal.....	473
3.5.3. Arresto	473
3.5.3.1. Bens suscetíveis de penhora.....	474
3.5.3.2. Modalidades	475
3.5.3.3. Requisitos.....	475
3.5.3.4. Legitimidade ativa	475
3.5.3.5. Momento em que pode ser requerido.....	476
3.5.3.6. Requerimento e procedimento	476
3.5.3.7. Levantamento do arresto	478
3.5.3.8. Alienação antecipada	478
3.5.3.9. Ataque recursal	479
3.6. Do incidente de falsidade.....	479
3.7. Da insanidade mental do acusado.....	481
3.7.1. Cabimento, legitimidade ativa, instauração, processamento e ataque recursal	481
3.7.1.1. Perito ou peritos?	483
3.7.2. Conclusões possíveis e suas consequências.....	483
3.7.2.1. Duração da medida de segurança substitutiva.....	485

CAPÍTULO 13

PROVA

1. Introdução.....	487
2. Conceito, Destinatário e Finalidade.....	488
3. Objeto da Prova.....	489
3.1. Fato axiomático ou evidente	490

3.2. Verdade sabida ou fato notório	490
3.3. Fato incontroverso.....	491
3.4. Presunções	491
3.5. Prova do direito.....	491
4. Classificação da Prova.....	492
5. Ônus da Prova.....	494
5.1. Ônus da prova quanto ao elemento subjetivo do tipo	497
5.2. Produção de prova por iniciativa do juiz	498
5.3. Momento de se produzir prova: limites objetivos	501
6. Meios de Prova e Sujeito de Prova.....	502
7. Cadeia de Custódia e Atividade Probatória no Juízo de Instrução e Julgamento.....	503
7.1. Cadeia de custódia	503
7.2. Atividade probatória no juízo de instrução e julgamento	507
8. Sistemas de Valoração das Provas.....	508
8.1. Sistema adotado no CPP vigente.....	510
8.2. Os outros dois sistemas e o CPP	514
9. Princípios Reguladores	515
9.1. Princípio da liberdade de prova	515
9.2. Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas	515
9.3. Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	516
9.4. Princípio da audiência contraditória	516
9.5. Princípio da comunhão da prova	516
9.6. Princípio da concentração.....	516
9.7. Princípio da oralidade.....	516
9.8. Princípio da publicidade.....	516
9.9. Princípio do livre convencimento fundamentado.....	517
9.10. Princípio da imediatidade.....	517
9.11. Princípio da verdade real	517
9.12. Princípio da identidade física do juiz.....	518
10. Das Provas em Espécie.....	518
10.1. Do Exame de Corpo de Delito e Perícias em Geral	519
10.1.1. Perícia: conceito e natureza jurídica.....	519
10.1.2. Da prova pericial: procedimento	520
10.1.2.1. Sistemas de avaliação da prova pericial.....	522
10.1.2.2. Quem pode determinar o exame pericial?.....	523
10.1.2.3. Indeferimento do pedido de exame pericial	523
10.1.2.4. Perícia feita por carta precatória	524
10.1.2.5. Necessidade de contraditório judicial	524
10.1.3. Do exame de corpo de delito.....	525
10.1.3.1. Exame de corpo de delito direto e indireto	526

10.1.4. Das perícias em geral.....	528
10.1.4.1. Autópsia ou necropsia	528
10.1.4.2. Exumação e exame cadavérico.....	530
10.1.4.3. Lesões corporais	531
10.1.4.4. Local onde houver sido praticada a infração penal.....	532
10.1.4.5. Perícias de laboratório	533
10.1.4.6. Destruição ou rompimento de obstáculo e escalada.....	533
10.1.4.7. Avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime	534
10.1.4.8. Incêndio	535
10.1.4.9. Exame grafotécnico	536
10.1.4.10. Instrumentos empregados para a prática do delito.....	537
10.1.4.10.1. Apreensão e perícia da arma empregada em crime de roubo...	539
10.1.5. Prova pericial nos crimes sexuais	539
10.1.6. Exames de alcoolemia e teste do “bafômetro”	540
10.1.7. Do interrogatório do acusado	542
10.1.7.1. Conceito	542
10.1.7.2. Natureza jurídica	543
10.1.7.3. Obrigatoriedade e ausência de interrogatório	544
10.1.7.4. Momento do interrogatório	544
10.1.7.5. Local do interrogatório	546
10.1.7.6. Características	546
10.1.7.7. Divisão temática do interrogatório.....	547
10.1.7.8. Direito de permanecer calado.....	548
10.1.7.9. Conteúdo do interrogatório de mérito	549
10.1.7.9.1. Interrogatório negativo.....	550
10.1.7.10. Intervenção das partes no interrogatório	550
10.1.7.10.1. Participação defensiva no interrogatório de corréu.	552
10.1.7.11. Formalização do interrogatório.....	553
10.1.7.12. Pluralidade de acusados. Interrogatório em separado	554
10.1.7.13. Interrogatório do réu preso.....	554
10.1.7.13.1. Interrogatório por videoconferência.....	556
10.1.7.14. Interrogatório do mudo, do surdo e do surdo-mudo.....	557
10.1.7.15. Interrogatório de quem não fala a língua nacional.....	558
10.1.7.16. Interrogatório da pessoa jurídica.....	558
10.1.7.17. Presença de curador especial no interrogatório.....	560
10.1.7.17.1. Curador ao réu menor	560
10.1.7.17.2. Índios e doentes mentais.....	561
10.1.7.18. Renovação de interrogatórios.....	561
10.1.7.19. Condução coercitiva para interrogatório	562

10.1.8. Da confissão.....	563
10.1.8.1. Conceito e objeto.....	565
10.1.8.2. Natureza jurídica.....	565
10.1.8.3. Requisitos de validade.....	565
10.1.8.4. Modalidades de confissão.....	566
10.1.8.4.1. Confissão tácita ou ficta.....	567
10.1.8.5. Características.....	567
10.1.8.5.1. Divisibilidade.....	567
10.1.8.5.2. Retratabilidade.....	568
10.1.8.6. Momento da confissão.....	569
10.1.8.6.1. Confissão extrajudicial.....	569
10.1.8.7. Confissão e chamada de corréu.....	570
10.1.8.8. Delação e colaboração premiadas.....	571
10.1.8.9. Atenuante genérica e crime de autoacusação falsa.....	576
10.1.8.10. Valor probatório da confissão.....	577
10.1.9. Do ofendido.....	577
10.1.9.1. Conceito.....	577
10.1.9.2. Natureza jurídica.....	577
10.1.9.3. Inquirição.....	577
10.1.9.3.1. Reperguntas ao ofendido.....	579
10.1.9.3.2. Possibilidade de condução coercitiva.....	579
10.1.9.4. O ofendido não comete crime de desobediência.....	579
10.1.9.5. O ofendido como elemento de prova.....	580
10.1.9.6. O ofendido como fonte de prova.....	580
10.1.9.7. Dispensa do compromisso de dizer a verdade.....	580
10.1.9.8. O ofendido não comete crime de falso testemunho.....	580
10.1.9.9. Comunicação ao ofendido dos atos processuais.....	581
10.1.9.10. Atendimento multidisciplinar ao ofendido.....	581
10.1.9.11. Preservação da intimidade do ofendido.....	582
10.1.9.12. Valor probatório das declarações do ofendido.....	583
10.1.10. Das testemunhas.....	584
10.1.10.1. Conceito.....	585
10.1.10.2. Natureza jurídica.....	585
10.1.10.3. Quem pode ser testemunha.....	585
10.1.10.4. Características da prova testemunhal.....	585
10.1.10.5. Classificação.....	587
10.1.10.6. Dever de testemunhar.....	588
10.1.10.6.1. Exceções ao dever de testemunhar.....	589
10.1.10.6.2. Exceção às exceções do dever de testemunhar.....	590
10.1.10.7. Proibição de testemunhar.....	590

10.1.10.7.1. Exceção à proibição de testemunhar	591
10.1.10.8. Momento para arrolar testemunhas	591
10.1.10.9. Número de testemunhas que se pode arrolar	592
10.1.10.10. Chamamento para testemunhar e dever de comparecimento	594
10.1.10.10.1. Ocupantes de cargos públicos de alto escalão	594
10.1.10.10.2. Militares e funcionários públicos	595
10.1.10.10.3. Ausência injustificada da testemunha	595
10.1.10.11. Acomodações prévias e colheita de depoimentos em separado	596
10.1.10.12. Do compromisso	596
10.1.10.13. Da inquirição em juízo	597
10.1.10.13.1. Testemunha surda, muda e surda-muda	599
10.1.10.13.2. Testemunha que não conhece a língua nacional.....	599
10.1.10.13.3. Depoimento especial: oitiva de criança ou adolescente, vítima ou testemunha de violência.....	600
10.1.10.13.4. Recusa da testemunha em fornecer dados de sua qualificação ou fornecimento de dados falsos.....	600
10.1.10.13.5. Recusa em depor	600
10.1.10.14. Da contradita e da arguição de defeito	600
10.1.10.15. Perguntas diretamente pelas partes	602
10.1.10.16. Impressões pessoais da testemunha	606
10.1.10.17. Redação e formalização do depoimento	607
10.1.10.18. Inquirição de testemunha sem a presença do acusado	607
10.1.10.18.1. Hipóteses do art. 217 do CPP	607
10.1.10.18.2. Ausência de requisição do acusado preso	608
10.1.10.19. Local da inquirição	610
10.1.10.20. Carta precatória, carta rogatória e carta de ordem	611
10.1.10.21. Audiência em local especialmente designado	612
10.1.10.22. Produção antecipada da prova testemunhal	613
10.1.10.23. Corréu como testemunha	613
10.1.10.24. Depoimento infantil	614
10.1.10.25. Depoimento de policial	615
10.1.10.26. Valor probatório da prova testemunhal	616
10.1.10.27. Falso testemunho	617
10.1.10.28. Lei de proteção à testemunha	618
10.1.11. Do reconhecimento de pessoas e coisas	619
10.1.11.1. Conceito e modalidades	619
10.1.11.2. Natureza jurídica	619
10.1.11.3. Formalidades	619
10.1.11.3.1. Reconhecimento por videoconferência	620

10.1.11.4. Reconhecimento de pessoa.....	620
10.1.11.4.1. Reconhecimento em juízo.....	622
10.1.11.5. Reconhecimento fotográfico.....	623
10.1.11.6. Reconhecimento de objeto.....	625
10.1.11.7. Reconhecimento de voz.....	625
10.1.11.8. Várias pessoas chamadas a fazer reconhecimento.....	625
10.1.11.9. Valor probatório do reconhecimento.....	625
10.1.12. Da acareação.....	627
10.1.12.1. Conceito e finalidade.....	627
10.1.12.2. Natureza jurídica.....	628
10.1.12.3. Momento de sua realização.....	628
10.1.12.4. Admissibilidade, pressuposto e objeto.....	628
10.1.12.5. Procedimento.....	629
10.1.12.6. Valor probatório.....	630
10.1.13. Dos documentos.....	630
10.1.13.1. Conceito.....	630
10.1.13.2. Natureza jurídica e objeto.....	631
10.1.13.3. Momento de se produzir prova documental.....	631
10.1.13.4. Classificação.....	633
10.1.13.5. Ônus da prova documental.....	634
10.1.13.6. Produção de prova documental por iniciativa do juiz.....	634
10.1.13.7. Fotografia de documento.....	635
10.1.13.8. Documento inteiro.....	636
10.1.13.9. Cartas particulares.....	636
10.1.13.10. Documento em língua estrangeira.....	637
10.1.13.11. As públicas formas e sua conferência judicial.....	637
10.1.13.12. Incidente de falsidade documental.....	638
10.1.13.13. Desentranhamento e devolução de documento.....	638
10.1.13.14. Valor do documento como prova.....	639
10.1.14. Prova emprestada.....	639
10.1.14.1. Conceito.....	640
10.1.14.2. Natureza jurídica.....	640
10.1.14.3. Valor probatório.....	641
10.1.15. Dos indícios.....	643
10.1.15.1. Conceito.....	643
10.1.15.2. Natureza jurídica.....	644
10.1.15.3. Classificação dos indícios.....	644
10.1.15.4. Presunção.....	645
10.1.15.5. Indício <i>versus</i> presunção.....	647
10.1.15.6. Contraindícios.....	647

10.1.15.7. Valor probatório dos indícios	647
10.1.16. Da busca e apreensão	650
10.1.16.1. Distinção.....	650
10.1.16.2. Conceito.....	651
10.1.16.3. Natureza jurídica	651
10.1.16.4. Momentos para realização.....	652
10.1.16.5. Iniciativa.....	653
10.1.16.6. Mandado de busca: (des)necessidade.....	653
10.1.16.7. Finalidades, modalidades, cabimento, condição e taxatividade	654
10.1.16.8. Busca domiciliar	656
10.1.16.8.1. Busca em repartições públicas	657
10.1.16.8.2. Documento em poder do defensor	658
10.1.16.8.3. Cautelas e procedimento	658
10.1.16.8.4. Regras especiais	659
10.1.16.9. Busca pessoal.....	659
10.1.16.9.1. Busca em mulher	660
10.1.16.9.2. Desnecessidade de mandado	660
10.1.16.10. Diligência de apreensão em território de jurisdição alheia	661
11. Produção Antecipada de Prova	662
12. Atividade Probatória na Execução Penal	664
13. Prova Ilícita	666
13.1. Prova ilícita por derivação	668
13.2. Serendipidade. Encontro causal ou fortuito de prova	670
13.3. Teoria da proporcionalidade	670
13.4. Prova ilícita em favor do acusado	671
14. Captação Ambiental de Sinais Eletromagnéticos, Ópticos ou Acústicos.....	672
14.1. Captação ambiental clandestina realizada por um dos interlocutores	673
15. Interceptação Telefônica.....	673
15.1. Acesso a mensagens de <i>WhatsApp</i>	676
16. Psicografia e Prova Penal.....	676

CAPÍTULO 14

SUJEITOS PROCESSUAIS

1. Introdução.....	681
2. Do Juiz	683
2.1. Garantias da magistratura	684
2.2. Vedações.....	685
2.3. O juiz e o processo de natureza criminal.....	685
2.4. Impedimento e suspeição	686
3. Do Ministério Público	687

3.1. Garantias e vedações	688
3.2. O Promotor de Justiça e o processo de natureza criminal.....	689
3.3. Impedimento e suspeição	691
3.4. Princípio do promotor natural.....	691
4. Do Acusado	692
4.1. Direito de defesa.....	693
4.2. Condução coercitiva do acusado para colaborar com a produção de prova.....	696
4.3. Outros direitos assegurados	698
5. Do Defensor.....	699
5.1. Constituição de defensor.....	706
5.2. Impedimento	706
6. Do Curador Especial	706
7. Do Assistente.....	707
7.1. Tipo de processo em que se admite a figura do assistente.....	709
7.2. Quem pode figurar como assistente.....	710
7.2.1. Regras dispostas no CPP.....	710
7.2.2. Pessoa jurídica de direito público ou privado como assistente	711
7.3. Ingresso do assistente no processo	713
7.4. Recebimento do processo no estado em que se encontrar	714
7.5. Abandono da causa pelo assistente	715
7.6. Corréu como assistente.....	715
7.7. Faculdades processuais.....	717
8. Dos Funcionários da Justiça.....	720
9. Dos Peritos e Intérpretes.....	720
9.1. Disciplina legal	720
9.2. Impedimento e suspeição	721

CAPÍTULO 15

PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Regras Gerais.....	723
1.1. Critérios para fixação de medidas cautelares.....	724
1.2. Contraditório prévio e contraditório diferido.....	724
1.3. Substituição, cumulação ou revogação da medida aplicada	726
1.3.1. Decretação de prisão preventiva.....	728
1.4. Modalidades de medidas cautelares pessoais	728
1.4.1. Sobre a prisão em razão de condenação proferida ou mantida em Segundo Grau de Jurisdição, sem trânsito em julgado	730
1.5. Formalidades e concretização da prisão.....	733
1.6. Prisão a ser executada fora da jurisdição do juiz processante	734

1.7. Cadastro de mandados de prisão em banco de dados no Conselho Nacional de Justiça	735
1.8. Fuga e prisão.....	735
1.9. Separação de presos provisórios	736
1.10. Prisão especial.....	736
1.11. Uso de algemas	738
2. Da Prisão em Flagrante.....	739
2.1. Natureza jurídica.....	740
2.2. Sujeitos do flagrante	742
2.2.1. Sujeito ativo	742
2.2.1.1. Flagrante facultativo	742
2.2.1.2. Flagrante obrigatório ou compulsório	742
2.2.2. Sujeito passivo	743
2.3. Excepcionalidade da prisão em flagrante	744
2.4. Prisão em flagrante no interior de residência.....	745
2.5. Infrações que admitem prisão em flagrante	745
2.6. Autoridade competente.....	746
2.7. Classificações	747
2.7.1. Flagrante em sentido próprio.....	748
2.7.2. Flagrante impróprio.....	749
2.7.3. Flagrante presumido	750
2.7.4. Flagrante preparado ou provocado.....	752
2.7.5. Flagrante forjado	753
2.7.6. Flagrante esperado.....	754
2.7.7. Flagrante prorrogado, protelado, diferido, retardado ou postergado	755
2.8. Flagrante em situações particulares.....	756
2.8.1. Flagrante em crime permanente	756
2.8.2. Flagrante em crime habitual.....	758
2.8.3. Flagrante em crime continuado	759
2.8.4. Flagrante em crime de ação penal pública condicionada	760
2.8.5. Flagrante em crime de ação penal privada	762
2.8.6. Flagrante nas infrações penais de competência dos Juizados Especiais Criminais	762
2.8.7. Flagrante estando o preso hospitalizado e/ou inconsciente	763
2.8.8. Apresentação espontânea do autor da infração penal.....	764
2.9. Formalização da prisão em flagrante.....	765
2.9.1. Lavratura do auto de prisão em flagrante.....	766
2.9.1.1. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante.....	767
2.9.2. Autoridade competente para a lavratura do auto de prisão em flagrante....	768
2.9.3. Condutor	769

2.9.4. Testemunhas e vítima.....	769
2.9.5. Interrogatório.....	770
2.9.6. Escrivão.....	772
2.9.7. Infração penal praticada na presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções.....	773
2.9.8. Nota de culpa.....	773
2.10. Recolhimento ao cárcere.....	774
2.10.1. Hipóteses em que o autuado “se livra solto”.....	774
2.10.2. Liberdade provisória mediante fiança.....	774
2.11. Comunicação da prisão: controle imediato.....	775
2.11.1. Controle jurisdicional.....	775
2.11.2. Controle ministerial.....	777
2.12. Audiência de apresentação/custódia.....	778
2.12.1. Prazo máximo de duração da prisão por força de flagrante.....	786
2.13. Relaxamento da prisão em flagrante.....	787
3. Da Prisão Preventiva.....	788
3.1. Conceito.....	789
3.2. Natureza jurídica.....	789
3.3. Constitucionalidade.....	791
3.4. Momento da decretação.....	792
3.5. Modalidades.....	793
3.5.1. Prisão preventiva obrigatória, automática ou compulsória.....	793
3.6. Quem pode decretar prisão preventiva.....	794
3.6.1. Decretação <i>ex officio</i>	795
3.7. Quem pode postular a decretação.....	796
3.7.1. Requerimento do Ministério Público.....	796
3.7.2. Requerimento do querelante.....	796
3.7.3. Requerimento do assistente.....	798
3.7.4. Representação da autoridade policial.....	798
3.8. Requisitos para a decretação.....	799
3.8.1. Pressupostos.....	800
3.8.1.1. Prova da existência do crime.....	800
3.8.1.2. Índícios suficientes da autoria.....	800
3.8.1.3. <i>Periculum libertatis</i>	801
3.8.2. Hipóteses de cabimento.....	801
3.8.2.1. Art. 313, I, do CPP: crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.....	802
3.8.2.2. Art. 313, II, do CPP: reincidência dolosa.....	803
3.8.2.3. Art. 313, III, do CPP: crime de covardia.....	804
3.8.2.4. Art. 313, § 1º, do CPP: dúvida sobre a identidade do agente.....	805

3.8.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.....	807
3.9. Circunstâncias autorizadoras.....	810
3.9.1. Garantia da ordem pública.....	810
3.9.2. Garantia da ordem econômica.....	812
3.9.3. Conveniência da instrução criminal.....	813
3.9.4. Assegurar a aplicação da lei penal.....	813
3.10. Decretação da prisão preventiva.....	814
3.10.1. Contraditório na decretação.....	815
3.11. Condição especial impeditiva da prisão preventiva.....	815
3.12. Conversão da prisão em flagrante em preventiva.....	816
3.13. Relaxamento da prisão em flagrante e imediata decretação da prisão preventiva.....	817
3.14. Decretação da prisão preventiva na sentença de condenação ou decisão de pronúncia.....	818
3.15. Decretação por força da revelia. A questão do art. 366 do CPP.....	819
3.16. Art. 23, <i>caput</i> , I, II e III, do CP.....	819
3.17. Necessidade de decisão fundamentada.....	820
3.18. Prazo de duração da prisão preventiva.....	822
3.19. Revogação e nova decretação.....	824
3.20. Relaxamento da prisão preventiva.....	824
3.21. Revisão da prisão preventiva anteriormente decretada.....	825
3.22. Reação defensiva à decretação da prisão preventiva.....	827
3.23. Substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.....	827
4. Prisão Cautelar Domiciliar, Substitutiva da Prisão Preventiva.....	827
4.1. Conceito.....	828
4.2. Natureza jurídica.....	828
4.3. Pressuposto e hipóteses de cabimento.....	828
4.3.1. Pessoa maior de 80 anos.....	831
4.3.2. Pessoa extremamente debilitada por motivo de doença grave.....	832
4.3.3. Pessoa imprescindível aos cuidados especiais de menor de 6 anos de idade ou de pessoa com deficiência.....	833
4.3.3.1. Pessoa menor de 6 anos de idade.....	833
4.3.3.2. Pessoa portadora de deficiência.....	834
4.3.4. Gestante.....	834
4.3.5. Mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.....	836
4.3.6. Homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.....	837
4.4. Necessidade de prova idônea.....	837
4.5. Quem pode requerer.....	837

4.6. Substituição <i>ex officio</i>	838
4.7. Momento em que pode ser concedida.....	838
4.8. Condições de permanência	839
4.9. Domicílio ou residência?.....	839
4.10. Pluralidade de residências	839
4.11. Momento de se conceder autorização de saída da residência.....	840
4.12. Descumprimento de condição do benefício.....	840
4.12.1. Descumprimento justificável	840
4.12.2. Revogação definitiva	841
4.13. Detração.....	841
4.14. Preso que não tem defensor.....	841
4.15. Possibilidade de <i>habeas corpus</i>	842
5. Da Prisão Temporária	842
5.1. Conceito	843
5.2. Natureza jurídica	843
5.3. Cabimento.....	843
5.3.1. Imprescindibilidade para as investigações	843
5.3.2. Quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.....	845
5.3.3. Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos crimes arrolados no inciso III.....	846
5.3.4. Entendendo a aplicação das hipóteses de cabimento.....	847
5.4. Quem pode postular a decretação.....	848
5.5. Quem pode decretar.....	848
5.6. Decisão que aprecia pedido de prisão temporária.....	848
5.7. Procedimento	849
5.8. Prazo da prisão.....	851
5.8.1. Generalidade dos casos.....	851
5.8.2. Crimes hediondos e assemelhados.....	851
5.8.3. Término da prisão temporária.....	852
5.8.4. Excesso de prazo na prisão temporária	853
6. Liberdade Provisória mediante Fiança.....	853
6.1. Liberdade provisória como gênero.....	854
6.2. Conceito.....	855
6.3. Natureza jurídica	855
6.4. Finalidade.....	856
6.5. Cabimento	856
6.5.1. Inafiançabilidade por determinação constitucional.....	856
6.5.2. Inafiançabilidade conforme as regras do CPP.....	857

6.6. Quem pode postular	858
6.7. Quem pode arbitrar	859
6.7.1. A autoridade policial	859
6.7.2. O juiz.....	860
6.7.3. Fiança junto aos tribunais	861
6.8. Momento da concessão	862
6.9. Quem pode prestar fiança	862
6.10. Destinação da fiança.....	863
6.11. Obrigações do afiançado	863
6.12. Valor da fiança.....	863
6.13. Extinção da fiança	864
6.13.1. Fiança quebrada	864
6.13.1.1. Consequências do quebramento	866
6.13.2. Fiança perdida	867
6.13.3. Fiança cassada	867
6.13.4. Fiança sem efeito	868
6.14. Sentença no processo de conhecimento.....	868
6.14.1. Absolvição.....	868
6.14.2. Condenação	869
6.15. Fiança dispensada.....	869
6.16. Fiança reduzida e fiança aumentada.....	869
6.17. Fiança restaurada ou restabelecida	869
6.18. O Ministério Público e a fiança	869
6.19. Extinção da fiança libertadora e impossibilidade de retorno à prisão	870
6.19.1. Implicações da extinção	871
6.20. Reação defensiva.....	871
7. Liberdade Provisória sem Fiança	872
7.1. Liberdade provisória sem fiança como garantia constitucional.....	872
7.2. Conceito	873
7.3. Natureza jurídica.....	874
7.4. Quem pode postular	874
7.5. Quem pode conceder	874
7.6. Momento da concessão.....	875
7.7. Regulamentação do CPP.....	875
7.7.1. Art. 310 do CPP	875
7.7.1.1. Sobre o § 1º do art. 310 do CPP	877
7.7.1.2. Sobre o § 2º do art. 310 do CPP	878
7.7.2. Art. 321 do CPP	879
7.7.3. Art. 350 do CPP	880
7.8. A questão da vinculação da liberdade provisória sem fiança.....	881

7.8.1. A vinculação da liberdade provisória conforme o CPP.....	881
79. Decisão judicial sobre liberdade provisória sem fiança	883
7.9.1. A decisão que nega e seus fundamentos	883
7.9.2. A decisão que concede e seus fundamentos	886
7.10. Crimes hediondos e assemelhados	886
7.11. Tráfico de drogas.....	887
7.11.1. O art. 44 da Lei de Drogas.....	887
7.11.2. A vedação a fiança não exclui a possibilidade de liberdade provisória sem fiança	887
7.11.3. Declaração de inconstitucionalidade da vedação.....	888
7.12. Crimes contra a economia popular e de sonegação fiscal.....	889
7.13. Revogação da liberdade provisória sem fiança	889
8. Medidas Cautelares Restritivas Diversas da Prisão	890
8.1. Previsão legal.....	891
8.2. Conceito	891
8.3. Natureza jurídica	891
8.4. Pressuposto.....	892
8.5. Cabimento	892
8.6. Quem pode decretar.....	893
8.7. Decretação <i>ex officio</i>	893
8.8. Quem pode postular a decretação.....	893
8.9. Momento da decretação	895
8.10. Decretação	895
8.11. Substituição, revogação e nova decretação	896
8.11.1. Ampla defesa e contraditório na revogação.....	896
8.11.2. Revogação de medida cautelar e decretação de prisão preventiva	897
8.12. Modalidades de medidas cautelares diversas da prisão	897
8.12.1. Comparecimento periódico em juízo.....	898
8.12.2. Proibição de frequentar determinados lugares	898
8.12.3. Proibição de contato com pessoa determinada	899
8.12.4. Proibição de ausentar-se da comarca	899
8.12.5. Recolhimento domiciliar	900
8.12.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	901
8.12.7. Internação provisória.....	903
8.12.8. Fiança	904
8.12.9. Monitoramento eletrônico	905
8.12.10. Proibição de ausentar-se do país	906
8.13. Fiscalização das medidas	907
8.14. Recurso contra a decisão que não acolhe pedido de decretação de medida cautelar...	908

8.15. Reação defensiva contra a decretação	908
8.16. Prazo de duração e extinção da medida cautelar	908
8.17. Detração	909

CAPÍTULO 16

FATOS E ATOS PROCESSUAIS

1. Conceito.....	911
2. Tipos de Atos Processuais	912
3. Atos Praticados pelas Partes	912
4. Atos Jurisdicionais.....	913
5. Atos Praticados por Auxiliares da Justiça.....	915
5.1. Termos.....	915
6. Atos Praticados por Terceiros	916

CAPÍTULO 17

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

1. Introdução.....	917
2. Citação	917
2.1. Modalidades de citação	919
2.1.1. Citação pessoal	920
2.1.1.1. Citação por mandado.....	920
2.1.1.2. Citação por carta precatória.....	921
2.1.1.2.1. Carta precatória itinerante	923
2.1.1.3. Citação por carta rogatória	924
2.1.1.4. Citação por carta de ordem.....	924
2.1.1.5. Citação por requisição	925
2.1.1.6. Citação do funcionário público	926
2.1.1.7. Citação do réu preso.....	927
2.1.1.8. Citação do incapaz	927
2.1.2. Citação por edital.....	928
2.1.2.1. Outras hipóteses em que cabível a citação por edital.....	930
2.1.2.2. Requisitos formais do edital de citação	931
2.1.2.3. Publicação do edital.....	933
2.1.3. Citação por hora certa	934
2.1.4. Efeitos da citação válida.....	936
2.1.5. Revelia	937
2.1.5.1. O art. 366 do CPP e seus desdobramentos	938
2.1.5.1.1. Suspensão do processo em razão da revelia	938
2.1.5.1.1.1. Requisitos para a suspensão do processo..	939
2.1.5.1.1.2. Recurso adequado contra a decisão que	
suspende, ou não, o curso do processo.....	939

2.1.5.1.2. Suspensão do prazo prescricional	940
2.1.5.1.3. Produção antecipada de provas	941
2.1.5.1.4. Decretação da prisão preventiva.....	943
2.1.5.2. Revelia nos termos do art. 367 do CPP	943
3. Intimação	945
3.1. Conceito	946
3.2. Procedimento.....	947
3.3. Intimação e requisição de réu preso para audiência	949
3.4. Intimação por meio eletrônico	950

CAPÍTULO 18

SENTENÇA E COISA JULGADA

1. Sentença.....	951
1.1. Requisitos intrínsecos da sentença	953
1.1.1. Sentença oral.....	957
1.2. Princípio da correlação.....	958
1.3. <i>Emendatio libelli</i>	959
1.4. <i>Mutatio libelli</i>	963
1.4.1. Desclassificação de crime doloso para culposo	966
1.5. Sobre o art. 385 do CPP	967
1.6. Sentença absolutória	968
1.7. Sentença condenatória	973
1.8. Sentença datilografada.....	978
1.9. Publicação da sentença	979
1.10. Intimação da sentença	979
1.11. Embargos de declaração	981
1.12. Prisão resultante de sentença condenatória recorrível	981
2. Coisa Julgada	984
2.1. Conceito	984
2.2. Elementos.....	984
2.3. Fundamento.....	985
2.4. Limites subjetivos e objetivos da coisa julgada	985
2.5. Coisa julgada material, coisa julgada formal e preclusão.....	986
2.6. Coisa julgada e coisa soberanamente julgada	987
2.7. Exceção de coisa julgada	987

CAPÍTULO 19

PROCEDIMENTOS

1. Introdução.....	989
2. Processo e Procedimento	989

4.1.1. Absolvição sumária	1061
4.1.2. Desclassificação	1064
4.1.3. Impronúncia	1067
4.1.4. Pronúncia	1068
4.1.4.1. Fundamentação da decisão de pronúncia	1068
4.1.4.2. Decretação de prisão preventiva	1073
4.1.4.3. Intimação da decisão de pronúncia.....	1074
4.1.4.4. Alteração da pronúncia em razão de circunstância superveniente ...	1074
4.1.4.5. Despronúncia.....	1075
4.2. Da preparação do processo para julgamento em plenário	1075
4.3. Desaforamento	1076
4.4. Organização da pauta e designação do julgamento	1081
4.5. Dos jurados	1082
4.5.1. Alistamento.....	1082
4.5.2. Sorteio e convocação.....	1086
4.5.3. Exercício da função de jurado e modalidades de recusas previstas.....	1086
4.5.3.1. Prisão especial para quem tenha exercido função de jurado	1089
5. Composição do Tribunal do Júri e Julgamento em Plenário	1090
5.1. Verificações e providências iniciais.....	1091
5.2. Formação do Conselho de Sentença.....	1096
5.3. Instrução em plenário	1100
5.4. Debates	1105
5.4.1. Aparte	1112
5.5. Quesitos.....	1112
5.5.1. Formulação	1112
5.5.2. Votação.....	1114
5.5.2.1. Ordem de votação.....	1117
5.6. Sentença.....	1120
5.7. Ata dos trabalhos.....	1123

CAPÍTULO 21

NULIDADES

1. Introdução.....	1125
2. Conceito.....	1126
3. Nulidade Absoluta e Nulidade Relativa.....	1126
4. Princípios Incidentes	1129
4.1. <i>Pas de nulité sans grief</i>	1129
4.2. Instrumentalidade das formas.....	1132
4.3. <i>Netio auditur propriam turpitudines allegans</i>	1133
4.4. Não se declara nulidade cujo reconhecimento só interessa à parte contrária	1134

4.5. Não se declara nulidade de ato irrelevante.....	1135
4.6. Princípio da causalidade.....	1135
4.7. Princípio da convalidação.....	1136
5. Nulidades Absolutas e Relativas: Hipóteses Previstas.....	1139
5.1. Advertências necessárias.....	1139
5.2. Hipóteses de nulidade absoluta.....	1139
5.2.1. Considerações destacadas.....	1142
5.2.1.1. Incompetência do juízo.....	1142
5.2.1.2. Ilegitimidade do representante da parte.....	1143
5.2.1.3. Omissões da denúncia ou queixa.....	1144
5.3. Hipóteses de nulidade relativa.....	1145
6. Momento Oportuno para Arguição de Nulidade.....	1146
6.1. Súmula 160 do Supremo Tribunal Federal.....	1147
7. Atos Irregulares e Atos Inexistentes.....	1148
8. Nulidade em Inquérito Policial.....	1150

CAPÍTULO 22

RECURSOS

1. Sobre o Inconformismo.....	1153
2. Fundamento Constitucional.....	1155
3. Conceito e Natureza Jurídica.....	1156
4. Generalidades.....	1157
5. Princípios.....	1157
5.1. Duplo grau de jurisdição.....	1157
5.2. Taxatividade.....	1158
5.3. Unirrecorribilidade.....	1159
5.4. Fungibilidade.....	1159
5.5. Dialeticidade.....	1161
5.6. <i>Non reformatio in pejus</i>	1161
5.7. <i>Reformatio in melius</i>	1163
5.8. Voluntariedade.....	1164
5.9. Disponibilidade.....	1164
6. Pressupostos.....	1166
7. Interposição e Processamento na Origem.....	1168
8. Efeitos.....	1170
9. Efeito Extensivo.....	1171
10. Deserção.....	1173
11. Recurso <i>Ex Officio</i>	1173
12. Dos Recursos em Espécie.....	1175
12.1. Recurso em sentido estrito.....	1175

12.1.1. Cabimento.....	1176
12.1.1.1. Hipóteses de cabimento listadas no CPP.....	1177
12.1.2. Prazos.....	1184
12.1.3. Efeitos.....	1185
12.1.4. Interposição e processamento.....	1186
12.1.5. Endereçamento.....	1188
12.2. Apelação.....	1189
12.2.1. Legitimidade.....	1189
12.2.2. Cabimento.....	1191
12.2.3. Prazos de interposição.....	1195
12.2.4. Efeitos.....	1196
12.2.5. Processamento.....	1198
12.2.5.1. Juizados Especiais Criminais.....	1202
12.3. Correição parcial.....	1203
12.3.1. Processamento.....	1204
12.4. Embargos de declaração.....	1206
12.4.1. Prazos.....	1208
12.4.2. Efeitos.....	1209
12.4.3. Interposição e processamento.....	1209
12.4.4. Interrupção do prazo para outros recursos.....	1211
12.4.5. Prequestionamento por meio de embargos.....	1212
12.5. Embargos infringentes e embargos de nulidade.....	1212
12.5.1. Prazo, endereçamento e efeitos.....	1214
12.5.2. Processamento.....	1215
12.6. Embargos de divergência.....	1215
12.6.1. Regras dispostas no CPC/2015.....	1217
12.7. Carta testemunhável.....	1218
12.7.1. Legitimação.....	1218
12.7.2. Prazo.....	1218
12.7.3. Efeitos.....	1219
12.7.4. Processamento.....	1219
12.8. Recursos especial e extraordinário.....	1221
12.8.1. Recurso especial.....	1222
12.8.1.1. Cabimento.....	1222
12.8.1.2. Requisitos.....	1224
12.8.1.3. Prazo e endereçamento.....	1226
12.8.1.4. Efeito.....	1226
12.8.1.5. Interposição e processamento.....	1227
12.8.2. Recurso extraordinário.....	1227
12.8.2.1. Requisitos.....	1229

12.8.2.2. Prazo e endereçamento.....	1232
12.8.2.3. Efeito.....	1232
12.8.2.4. Interposição e processamento dos recursos especial e extraordinário	1233
12.9. Reclamação.....	1236
12.9.1. Processamento.....	1237
12.10. Recurso ordinário constitucional.....	1237
12.10.1. Prazos.....	1239
12.10.2. Processamento	1239
12.10.3. <i>Habeas corpus</i> como substitutivo do recurso ordinário constitucional	1239
12.11. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário	1241
12.11.1. Esclarecimentos iniciais.....	1241
12.11.2. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	1241
12.11.2.1. Prazo.....	1242
12.11.2.2. Processamento.....	1242
12.12. Agravo regimental	1243
12.12.1. Prazo	1244
12.12.2. Processamento	1246
12.13. Agravo em execução	1246
12.13.1. Prazo e processamento.....	1247

CAPÍTULO 23

REVISÃO CRIMINAL

1. Introdução.....	1249
2. Conceito.....	1250
3. Prazo	1251
4. Efeitos	1251
5. Legitimação	1251
6. Cabimento.....	1253
6.1. Revisão de condenação imposta pelo Tribunal do Júri	1258
6.2. Revisão nos Juizados Especiais Criminais.....	1259
6.3. Revisão em sede de execução penal.....	1259
7. Competência para o Processo e Julgamento.....	1260
8. Procedimento	1261
9. Indenização por Erro Judiciário	1262

CAPÍTULO 24

HABEAS CORPUS

1. Introdução.....	1265
2. Natureza Jurídica.....	1266

3. Conceito.....	1267
4. Modalidades.....	1267
5. Cognição Limitada.....	1268
6. Cabimento.....	1269
6.1. Outras situações não listadas.....	1280
7. <i>Habeas Corpus</i> como Substitutivo de Recurso Adequado.....	1281
8. Restrições Constitucionais.....	1282
9. Legitimidade Ativa e Passiva.....	1282
9.1. Legitimidade ativa.....	1282
9.1.1. Pessoa jurídica como paciente.....	1284
9.1.2. Desnecessidade de advogado.....	1285
9.2. Legitimidade passiva.....	1285
10. Competência Jurisdicional.....	1286
10.1. Decisão proferida por turma recursal de Juizado Especial Criminal.....	1289
11. <i>Habeas Corpus</i> Sucessivos.....	1290
12. Petição Inicial da Ação.....	1293
13. Processamento.....	1294
13.1. No primeiro grau de jurisdição.....	1294
13.2. No segundo grau de jurisdição.....	1296

CAPÍTULO 25

REABILITAÇÃO

1. Introdução.....	1299
2. Alcance.....	1299
3. Requisitos.....	1300
4. Juízo Competente.....	1300
5. Procedimento.....	1301
6. Recurso.....	1301
7. Revogação da Reabilitação.....	1302
8. Direito ao Esquecimento. Extinção da Pena e Anotações sobre a Vida Pretérita.....	1302
9. O art. 202 da LEP e a Reabilitação.....	1303

CAPÍTULO 26

RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADES ESTRANGEIRAS

1. Introdução.....	1305
2. Disposições Gerais.....	1305
3. Cartas Rogatórias.....	1306
4. Homologação de Sentença Estrangeira.....	1312

CAPÍTULO 27
DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Audiências e Sessões	1317
2. Publicidade dos Atos Processuais	1318
3. Comportamento perante o Juiz	1320
4. Polícia das Audiências	1320
5. Prática de Atos Processuais	1321
6. Prazos	1322
6.1. Classificação dos prazos	1325
7. Retirada de Autos do Cartório	1326
8. Custas Processuais	1327
9. Estatísticas Criminais	1329
<i>Referências</i>	1331